



Anais da Assembléia

Nº 98

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 25 DE SETEMBRO DE 1985

ANO XI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DA 85ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 1985.

(Quarta-feira).

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, Secretariada pelos Senhores Deputados Paulo Furiatti e Márcio Almeida.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Fiori Luiz, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Artagão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Erondy Silvério, Ferrari Júnior, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque e Trajano Bastos (38). — Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Quiélse Crisóstomo, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Antônio Belinati, Basílio Zanusso, Dirceu Manfrinato, Eduardo Baggio, Edmar Luiz Costa, Ervin Bonkoski, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gemote Kirinus, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Roberto Requião, Werner Wanderer e Wilson Fortes (19). — Encontrando-se em licença, o Senhor Deputado Tuguio Setogutte (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observação.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n. 104/84, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SANTA LUZIA, com sede nesta Capital.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, preferência na votação para o requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, que solicita licença para tratamento de saúde, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1985.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo prematuro falecimento do saudoso jornalista Antônio Vilela de Magalhães, ocorrido em Londrina.

O extinto trabalhou muitos anos na "Folha de Londrina", era funcionário da Universidade Estadual de Londrina e tinha ativa participação nas promoções sociais do município.

Era admirado pela sua seriedade, alto espírito de bondade, respeitado por todos os segmentos da sociedade.

No coração de Vilela só havia amor para repartir.

Sua morte causou profunda tristeza e dor a todos aqueles que tiveram, como eu, o verdadeiro privilégio da sua convivência.

Criaturas como o inesquecível Vilela não deveriam morrer nunca, pois, são tão raras nos nossos dias.

Perde o Paraná um grande profissional.

REQUEIRO, ainda, que a homenagem desta Assembléia Legislativa, seja comunicada à viúva, dona Terezinha Vilela de Magalhães, a Rua Paranaguá, 450, em Londrina, rogando que Deus Pai Celestial conforte a família enlutada por tão irreparável perda.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1985.

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a designação de um Deputado de cada partido político com representação nesta Casa, para representar a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná nas solenidades oficiais e festividades alusivas ao 37º aniversário da cidade de Campo Mourão, sem ônus para a Casa, no período de 05 a 13 do mês de outubro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1985.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Como acontece, anualmente, no período em epígrafe, a população mourãoense promove solenidades oficiais e festividades por ocasião da comemoração do aniversário de Campo Mourão, uma das cidades mais progressistas do Brasil, exemplo de trabalho, fé e dinamismo de seu povo. Esse evento, pelas características locais e regionais, merece a participação de representantes desta Casa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, votos de congratulações dirigidos à Televisão Cultural-Canal 8, pela comemoração dos seus dez anos de funcionamento, ocorrido na Municipalidade de Maringá, com conseqüente encaminhamento ao Diretor Geral Nilson Tadeu Reis Campos Silva.

Não há a menor dúvida que Maringá, bem como sua região, além de grande parte do Estado, modificou-se muito a partir do dia 25 de setembro de 1975. Nesta data, num esforço que reunia profissionais e empresários com grande talento,

entrava no ar a Televisão Cultura-Canal 8.

Os hábitos da população modificaram-se grandemente, vez que a televisão apenas iniciara seu processo que a tornaria mais tarde como um veículo de massa. Os desafios eram muitos. Mas, a força e a disposição para vencê-los era maior ainda.

Após uma década de ininterrupta programação, o Canal 8 comemora os seus dez anos com a certeza de ter conquistado o respeito e a admiração do grande público que ela tem e que amplia-se cada vez mais.

Por estar ligada ao desenvolvimento do Paraná, particularmente da região de Maringá, nesses anos todos, não poderia deixar de REQUERER-SE, para efeito de registros nos Anais deste Poder Legislativo, os cumprimentos àquela Emissora de Televisão, estendendo-se os cumprimentos aos valorosos integrantes dos quadros de trabalho, uma equipe de competentes profissionais.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores, Presidente da República, Ministro da Justiça, Ministro do Trabalho, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e aos Líderes das Bancadas com assento ao Congresso Nacional, solicitando providências urgentes para a decisão das causas acumuladas na Justiça Trabalhista do País.

Senhor Presidente.

Um País que professa a doutrina de Cristo e afirma a unificação nacional através de seu Presidente, em discurso proferido na Organização das Nações Unidas, não pode conviver silenciosamente com as injustiças sociais e suas desigualdades, ou permitir indiferentemente, que as leis sejam instrumentos dos fortes para massacre dos pobres, pois, violenta a nossa consciência e agride a nossa formação, operária da justiça social.

No mundo de hoje, nada inferioriza, humilha e aniquila mais o homem do que a injustiça e a pobreza.

A exploração sobre milhares de trabalhadores praticada por alguns, aliada à máquina emperrada da Justiça do Trabalho, dentre outros fatores, tem conduzido centenas de operários, de todas categorias, à criminalidade, ao desespero e à mais absoluta miséria, geradora das doenças, do analfabetismo e da prostituição.

O MUTIRÃO nacional contra a violência nas ruas, nas estradas, nos presídios, mobilizando a sociedade e os Secretários de Segurança Pública do Brasil, tem a maior importância, significação e oportunidade.

As causas trabalhistas acumuladas, arquivadas, engavetadas, esquecidas nas prateleiras dos Tribunais por anos e anos, não deixam de ser uma das maiores violências que se pratica contra as nossas classes trabalhadoras, exatamente as que trabalham, suaram, produziram e não receberam.

Doutor Esmeraldino Bandeira dizia: "A sociedade julga os homens de um modo e trata-os de outro. As leis são os laços com que os fortes amarram os pulsos dos fracos".

Urge cortarmos essas amarras e libertarmos esses pulsos com um grande MUTIRÃO DE SOLUÇÃO DAS CAUSAS TRABALHISTAS.

É notória a acumulação dos processos nos tribunais sem que haja agilização das soluções, mesmo por parte do Governo, apesar de sabermos que o direito ao salário garante e assegura a vida e sua dignidade.

Face ao exposto, o Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja enviado expediente aos Excelentíssimos Senhores, Doutor José Sarney, Presidente da República, Doutor Fernando Soares Lyra, Ministro da Justiça, Doutor Almir Pazzianotto Pinto, Ministro do Trabalho, Juiz Tobias de Macedo Filho, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Deputado Pimenta da Veiga, Líder da Bancada do PMDB, Deputado Prisco Viana, Líder da Bancada do PDS, Deputado Djalma Bom, Líder da Bancada do PT, Deputado Nadyr Rossetti, Líder da Bancada do PDT, Deputado Gastone Righi, Líder da Bancada do PTB, solicitando sejam determinadas medidas urgentíssimas a fim de que as causas trabalhistas, em todo o Brasil, tenham de pronto as ansiadas soluções.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1985.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores AFONSO CAMARGO e DENI SCHWARTZ, respectivamente, Ministro dos Transportes da República e Secretário do Estado dos Transportes, com solicitação da ligação asfáltica da Rodovia BR-277 à Ponte Internacional da Fraternidade, em Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1985.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Esta obra compreende a pavimentação de oito quilômetros e tem o papel de superar o previsível estrangulamento do tráfego na concorrência das Avenidas Cataratas e Paraná, decorrente do intenso trânsito oportunizado pela nova Ponte Internacional.

O abaixo-assinado anexo é subscrito por mais de oitocentos trabalhadores e endossado por quinze empresários do setor hoteleiro e de turismo, onde os signatários ponderam que a ligação proposta racionalizará o sistema de transporte coletivo na área e reduzirá em 50% (cinquenta por cento), os gastos dos assalariados no item transporte. Além disso, os empresários argumentam que a obra reivindicada faz parte da infra-estrutura necessária para adequar aquele setor da cidade de Foz do Iguaçu às profundas alterações resultantes da construção de nova via que interliga Buenos Aires a São Paulo.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR AFONSO CAMARGO NETTO.
DIGNÍSSIMO MINISTRO DOS TRANSPORTES DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Os abaixo assinados, trabalhadores das empresas hoteleiras e de turismo localizadas na Rodovia das Cataratas, juntamente com os moradores dos Bairros São Francisco, Jardim São Paulo, Jardim Copacabana. Campos do Iguaçu, Conjunto Libra e Linha Guarapuava, vêm, com a devida vênica à presença de Vossa Excelência, expor e requerer o que segue:

1. A maioria dos trabalhadores dos estabelecimentos hoteleiros e de turismo localizados na Rodovia das Cataratas, conforme levantamento efetuado em torno de 90% (noventa por cento), que residem nos bairros acima mencionados obrigando-se diariamente a utilizarem-se de duas linhas de ônibus o que resulta ao fim de cada dia a utilização de oito passagens, ao preço médio de Cr\$ 900 (novecentos cruzeiros) cada passagem, representando no final do mês em torno de 25% (vinte e cinco por cento) do salário médio dos empregados do ramo hoteleiro.

2. Com a aglutinação do fluxo do tráfego de veículos que demandam com destino às Cataratas do Iguaçu acrescido do novo fluxo com destino à Ponte da Fraternidade ocorrerá um afunilamento no cruzamento das Avenidas Cataratas e Pa-

raná, dificultando ainda mais este que é o único acesso existente para este lado da cidade.

Em razão do acima exposto, os abaixo assinados solicitam a intervenção de Vossa Excelência no sentido de que seja aprovada a ligação da Rodovia BR-277 diretamente à Ponte Internacional da Fraternidade, pois, com o advento desta ligação as empresas de transporte urbano da cidade já manifestaram interesse na exploração da linha que unirá a Rodovia das Cataratas aos bairros já mencionados, o que viria a beneficiar todo o operariado que trabalham nos hotéis da Rodovia, reduzindo a sua despesa de transporte em aproximadamente 50% (cinquenta por cento).

Da mesma forma todos seriam beneficiados: turistas, operários as empresas hoteleiras e de turismo e a malha viária da cidade que ficaria livre no ponto de estrangulamento viário que já é o entroncamento das Avenidas Paraná e Cataratas.

Esta reivindicação é apoiada em todo o seu contexto pelos empresários das seguintes empresas: Hotel das Cataratas, Hotel San Martin, Hotel Colonial, Intravel Operadora Turística, Hotel Panorama, VTV Turismo, Hotel Belvedere, Hotel Carimã, GATTI Turismo, Auto Posto e Motel Carimã, Hotel do Bosque, Indiantur Turismo, Hotel D. Pedro I, Churrascaria Rafain e outras.

N. Termos

P. Deferimento

Foz do Iguaçu, 20 de setembro de 1985.

(Em anexo a lista de assinaturas obtidas em apenas dois dias e somente com pessoas que utilizaram-se dos ônibus das linhas Aeroporto, Parque Nacional e Cataratas).

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 230/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder pensão mensal no valor de 01 (um) salário-mínimo aos portadores de hanseníase definitivamente incapacitados para o trabalho em razão de lesões físicas ou defeitos causados pela moléstia, e desprovidos de fonte de renda que assegure a sobrevivência e manutenção própria e de seus dependentes;

Parágrafo Único — O benefício será concedido, mediante requerimento, ao doente que, além de preencher os requisitos descritos no "caput" deste artigo, seja residente no Estado do Paraná, desde, pelo menos, 05 (cinco) anos antes da constatação da moléstia;

Art. 2.º — As condições físico-sanitárias e laborativas do requerente serão descritas pelo médico da Unidade Sanitária onde ele estiver matriculado. Suas condições sócio-econômicas serão verificadas pelo assistente social da mesma unidade sanitária;

Parágrafo Único — As informações médico-sociais de que trata este artigo serão de total responsabilidade dos profissionais que as prestarem;

Art. 3.º — O chefe da Divisão de Dermatologia Sanitária do Departamento de Epidemiologia e Controle de Doenças da Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social mandará o requerimento de acordo com os registros do Fichário Central de Hanseníase do Estado e, após parecer da Assessoria Jurídica da mesma Secretaria, julgará os laudos médico e social, determinando o deferimento ou não do pedido;

Art. 4.º — Na hipótese de deferimento a Secretaria da Administração baixará resolução concedendo o benefício;

Art. 5.º — O pagamento do benefício será feito diretamente ao pensionista, através da rede do Banco do Estado do Paraná S/A, ou de bancos credenciados em municípios onde não exista agência BANESTADO, atendendo critério de domicílio do beneficiário;

Parágrafo Único — É vedado o pagamento de que trata este artigo a outra pessoa que não o pensionista, salvo quando plenamente comprovada a sua incapacidade por atestado médico da unidade sanitária, hipótese em que poderá tal pagamento ser feito a procurador legalmente constituído;

Art. 6.º — A pensão será cancelada quando o beneficiário:

I - mudar seu domicílio para outro Estado;

II - for amparado pela Previdência Social;

III - deixar de comparecer ao serviço de Dermatologia para controle de tratamento durante 12 (doze) meses, conforme Normas de Controle da Divisão Nacional de Dermatologia Sanitária do Ministério da Saúde;

IV - quando receber alta clínica, salvo se persistir a incapacidade laborativa e/ou idade avançada.

Parágrafo Único — Quando o pensionista for asilado definitivamente em nosocômio oficial, o benefício será reduzido a 1/3 (um terço) do valor;

Art. 7.º — O cancelamento da pensão, de que trata o artigo 6.º, será solicitado à Coordenadoria do Cadastro Central da Secretaria da Administração pela Divisão de Dermatologia Sanitária;

Parágrafo Único — A reimplantação do pagamento do benefício cancelado poderá ser feita, desde que cessado o motivo que originou o cancelamento, e mediante solicitação por escrito, do interessado, a Divisão de Dermatologia Sanitária;

Art. 8.º — Falecendo o pensionista, o benefício poderá ser transferido a sua esposa e filhos menores, na forma da lei;

Art. 9.º — As despesas com a execução da presente lei correrão pela dotação própria do Orçamento do Estado;

Art. 10 — Fica revogada a Lei n. 5.791, de 12 de junho de 1968;

Art. 11 — Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

A pensão aos hansenianos sem condições de trabalho já existe em nosso Estado, em virtude do que dispõe a Lei n. 5.791, de 12 de junho de 1968. Trata-se de medida justa, pois, atende à finalidade social do Estado, que é a de emparar um cidadão que, por infelicidade, está impedido de trabalhar e se manter.

No entanto, o valor de tal pensão mal chega à metade do salário-mínimo em vigor, o que torna, na prática, quase nula. Destarte, os objetivos colimados pela lei de proporcionar ao hanseniano incapacitado para o trabalho condições de uma vida digna — não estão, absolutamente, sendo atingidos.

A razão principal do presente projeto, assim, é aumentar aquele valor para um salário-mínimo. É verdade que isto, tampouco proporcionará ao beneficiário uma vida realmente digna, dada a conhecida deterioração do salário-mínimo em relação às suas finalidades constitucionais. Mas, é verdade também, que apresentará a considerável melhora na pensão de aproximadamente 100% (cem por cento). Além do mais, o salário-mínimo — o que nome o diz — é o mínimo que se pode pagar a alguém, e milhões de brasileiros o percebem por seu trabalho. O hanseniano, desta forma, estará em igualdade de condições com eles, e quando o salário mínimo readquirir seu poder aquisitivo — lutemos para que isto ocorra o mais breve possível, pelo bem do País — e ele poderá ter, de volta, juntamente com tantos outros, sua dignidade.

Não é intenção do presente projeto, entretanto, onerar em muito mais o erário público. Deve ser esclarecido que, por várias razões, entre as quais a própria insignificância do valor, o cadastro atual dos beneficiários apresenta-se bastante deficiente. Por isso, paga-se a pensão a inúmeros deles que, a uma apuração mais rigorosa, não fariam jus.

Em decorrência, na medida em que seja aumentado o valor da pensão mas, que seja seu pagamento restringido àqueles que efetivamente preencham os requisitos legais — agora aumentados da não existência de fonte alternativa de renda como condição restritiva para a concessão do benefício —, através de minucioso recadastramento, e o desembolso do Estado permanecerá aproximadamente igual.

O projeto, por outro lado, introduz algumas outras alterações de sistemática em relação à Lei n. 5.791, todas no sentido de simplificar e democratizar a concessão do benefício.

Deste modo, o projeto elimina a figura, a nosso ver, burocrática, da junta médica encarregada de verificar as condições de saúde do requerente, substituindo-a por um laudo do médico e outro do assistente social da Unidade Sanitária respectiva, os quais responderão pelas informações que prestarem. Ao mesmo tempo, desobriga o doente de residir em seu município de origem para obter o benefício.

Fica, também, atribuído o procedimento burocrático integral à SESB, cabendo à SEAD apenas baixar a resolução referendando a decisão, a efeito de conceder a pensão. Na sistemática atual, as Assessorias Jurídicas de ambas as Secretarias são chamados a dar parecer sobre cada caso, aumentando desnecessária e redundantemente a burocracia, e originando a possibilidade de discrepância de entendimento, sem que haja uma instância de resolução do possível impasse daí resultado, ocasionando sempre prejuízo ao hanseniano, justamente àquele a quem a lei deseja precipuamente beneficiar.

De outra parte, a internação em nosocômio oficial que, por qualquer tempo que durasse, neste tempo cancelava a pensão, passa, no projeto, a causar a redução da mesma a 1/3 (um terço) de seu valor, e condicionado a que a internação seja definitiva.

Inovam, também, no projeto, democratizando a sistemática, a possibilidade de pagamento da pensão a procurador, desde que comprovada clinicamente a impossibilidade do recebimento pelo próprio pensionista, e a possibilidade, em caso de falecimento deste, da transferência do benefício à sua esposa e filhos menores.

PROJETO DE LEI N. 231/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado, a mediante concurso interno, efetivar sob o regime estatutário, os servidores públicos contratados pela Administração Direta e Indireta, que contém à data desta lei, com mais de 2 (dois) anos de serviços prestados ao Estado.

Parágrafo Único — Para o atendimento no disposto neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a transformar, no Quadro Geral do Funcionalismo Público do Estado tantos empregos regidos pela CLT que existam, em cargos necessários, visando o seu preenchimento em níveis e posições funcionais idênticas aos existentes e exercidos pelos Servidores sob aquele regime.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1985.

(a) ANTÔNIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Com o presente plano de lei estamos assegurando a estabilidade de emprego a mais de vinte mil servidores celetistas, existentes nos Quadros de Pessoal do Poder Executivo — Administração Direta e Indireta, do bem como propiciando ao Estado uma economia das mais expressivas com relação ao recolhimento dos encargos sociais destes servidores para com o órgão previdenciário nacional.

É grande a aspiração destes servidores celetistas na sua

estabilidade funcional, para que o seu profícuo trabalho seja mais efetivo e reconhecido pelo Poder Público.

É o Plano de lei que apresentamos à consideração desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos no Pequeno e no Grande Expediente. No Horário das Lideranças, a Mesa consulta à Bancada do PDS. Com a palavra o Senhor Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Deputado Líder do Governo foi à tribuna na sessão de ontem para anunciar a rejeição, pela Bancada Majoritária, representada pelos Senhores Parlamentares do PMDB, do requerimento que apresentamos à consideração os Senhores Deputados, convocando o Senhor Presidente da SANEPAR para prestar esclarecimentos a esta Casa sobre a concorrência que se prenuncia imoral, para as obras de construção do sistema de abastecimento de água de Londrina e de Cambé.

Transparência, eis um terno utilizado com frequência pelo PMDB, para definir o perfil de seu Governo, e para tentar demonstrar à opinião pública do Paraná e do País, que aqui neste Estado se instalou num Governo democrático, participativo, sem qualquer receio do julgamento popular. Transparência pressupõe, a ampla liberdade do povo, de ter acesso às informações do Governo peemedebista. Transparência pressupõe o debate franco e aberto de todas as decisões governamentais, como todos os extratos da sociedade do Paraná e muito, principalmente, com o Poder Legislativo.

Aqui não estão apenas Deputados do PMDB para sustentar o Governo que está instalado no Paraná. Aqui estão Parlamentares de outros partidos políticos, todos com responsabilidade para com o eleitorado, e para com os paranaenses.

A transparência do PMDB num toque de mágica se transforma num objeto opaco. A transparência do PMDB inexistente, porque o Líder do Governo vem à tribuna desta Casa e anuncia galhardamente que o requerimento que apresentamos vai ser rejeitado pelo rolo compressor peemedebista.

Levantamos dúvidas sim, quanto à moralidade do edital de concorrência. Não levantamos dúvidas quanto à sua legalidade. Mas é bom que se lembrem, que nem tudo que é legal é moral.

E todos os indícios já nos apontam o desfecho desta concorrência pública, envolvendo uma obra de 200 bilhões de cruzeiros. Desfecho que vai colocar mais uma mácula na moral do Governo do PMDB do Paraná.

Em nenhum momento, depois de tantas denúncias, de tantas acusações, os Parlamentares do PMDB, ou as autoridades governamentais do PMDB pretenderam rebater tudo o que se disse sobre o Projeto Tibagi. Apenas e tão somente, depois de formularmos o requerimento de convocação do Senhor Presidente da SANEPAR, é que o Líder do Governo sobe à tribuna da Casa, para quebrar mais uma vez a transparência do Governo que Sua Excelência representa na Assembléia Legislativa do Paraná, para anunciar que o requerimento seria rejeitado. E que nós, Deputados, que estamos aqui por delegação popular, que estamos aqui recebendo do povo do Paraná, que estamos aqui cumprindo o dever que nos outorgou o povo do Paraná pelo seu voto livre e soberano. Somos cercados no nosso direito de saber como vai transcorrer esta concorrência pública para o sistema de abastecimento de água de Londrina e de Cambé.

Em nenhum momento colocamos qualquer dúvida quanto à necessidade da construção desta obra importante para Londrina, porque entendemos que realmente Londrina está a necessitar

dela. Tanto reconhecemos isso com a maior tranquilidade, que já em 1982 o Governo passado abriu um processo licitatório para que tivéssemos a adjudicação da obra e a construção da obra tão importante para Londrina.

Só que naquela ocasião, Senhor Presidente e Senhores Deputados aqueles mesmos que hoje estão assumindo esta defesa insaciável da concorrência e do projeto, foram os mesmos que me 1982 torpediaram o Projeto do Governo anterior dizendo que o Projeto Tibagi era faraônico, e que a captação de água para Londrina e para Cambé ia ocorrer num rio altamente poluído, com taxas de poluição insuportáveis; são os mesmos que hoje estão defendendo o Projeto Tibagi; são os mesmos que estão defendendo esta concorrência que se prenuncia, repito, imoral; tirando dos paranaenses o direito de sua construção, porque já é fato notório, por todas as informações, de que a obra vai ser adjudicada para uma empresa de São Paulo.

Dizia eu ontem, ao apartear o Deputado Luiz Alberto Oliveira, que uma empresa paulista, a Camargo Corrêa, de acordo com informação no jornal "Indústria e Comércio", já enviara os seus emissários a Londrina, para que pudessem conversar com os homens da SANEPAR. Interessante destacar também, que o Vereador Antônio Ribeiro, do Município de Londrina, participou de uma reunião, a convite do Prefeito daquele município, também do PMDB, Senhor Wilson Moreira, e nessa reunião, com a maior desfaçatez, o Prefeito pregador da moral pública, de ontem, solicitava, hoje, aos Vereadores de Londrina, que silenciassem, mas, a obra seria realmente entregue para um grupo de São Paulo, tirando o trabalho das empresas paranaenses, tirando o trabalho dos trabalhadores paranaenses, dos nossos operários braçais; e o discurso do PMDB, do PMDB dos palanques, não do PMDB do Governo, era o discurso pronunciado para defender a paranização; para defender os valores humanos deste Estado, para defender os empresários deste Estado, para defender os trabalhadores deste Estado.

E hoje o que se observa, o que se contempla é exatamente o contrário, não é mais o paranismo, que o PMDB está pregando. O PMDB está executando a desparanização, que hoje alcança mais um estágio. Basta que qualquer um dos Senhores Parlamentares percorras as nossas Secretarias, para ver a importação de mão-de-obra de outros Estados. Isto é inegável, isto é indiscutível. Mas o que nos entristece também, Senhores Deputados, é que, mais uma vez, o Governo do PMDB demonstra o seu despreço a este Poder. Aqui está a Assembléia Legislativa do Paraná, aqui estão cinquenta e oito Senhores Parlamentares, eleitos pela vontade popular. Aqui estão os homens que têm que fiscalizar as ações governamentais.

Fala-se na retomada das prerrogativas do Poder Legislativo, como forma de fortalecer a democracia. Mas, não é a primeira vez que o Governador José Richa desconsidera a Assembléia Legislativa do nosso Estado. Criou-se duas Secretarias de Estado, por decreto. Pisou em cima dos Senhores Deputados e recebeu endosso dos seus Deputados de Partido, os mesmos que gritavam no passado contra os decretos do Governo Federal. Pois bem, o Governador José Richa contra os votos dos meus companheiros de partido, mas, com toda a boa vontade e amuência dos seus companheiros do PMDB, o Governador José Richa criou duas Secretarias de Estado, por decreto; conseqüentemente sem ouvir a Casa de Leis do nosso Paraná.

Deparamo-nos, portanto, com uma grande contradição. Ainda ontem, dizíamos na Associação Cristã Feminina, onde comparecemos a convite de sua diretoria, para que debatêssemos com outras pessoas, a Constituição nova deste País. Dizíamos que o povo deve perder a ilusão de que a Assembléia Nacional Constituinte, vai significar a solução e a redenção de todos os problemas do Paraná, porque o que importa, é nós checarmos, conferirmos o comportamento dos homens públicos em todo o território nacional, para que possamos, através

desta checagem comportamental, saber quem fala a linguagem da sinceridade, e quem fala nos palanques para sensibilizar e depois fazer exatamente o contrário como faz o PMDB do nosso Estado.

Quando estamos aqui nesta tribuna, defendendo os interesses da autêntica paranização, nós estamos resgatando o compromisso inerente ao nosso mandato parlamentar. Não estamos aqui para criar embaraços pessoais, nem para o Presidente da SANEPAR e nem para o Governador do Estado. Estamos aqui trilhando o caminho mais difícil da política, mas nem por isso, menos responsável, que é o caminho da oposição e, outro dia, dizíamos em Paranavaí, prestávamos a nossa homenagem a todos os que fizeram Oposição até hoje neste País. A oposição é importante; queremos o mesmo respeito a nós que fazemos oposição no dia de hoje, porque não estamos exercendo nenhum outro papel, que não o papel decisivo da estabilidade democrática, que consiste na oposição vigilante de parlamentares de todos os níveis.

Pedimos recentemente também, desta tribuna, que a SANEPAR revise os termos do seu edital de concorrência, um edital draconiano. Praconiano sim. Exige um capital de 50 bilhões de cruzeiros. Sabem, Senhores Deputados, quantas empresas empreiteiras de saneamento nós temos no Paraná? Aproximadamente cem. Das cem, quantas têm o capital de 50 bilhões de cruzeiros? Uma. Nenhuma outra, e esta que tem o capital de 50 bilhões não tem a capacitação técnica para adjudicação da obra de Londrina. Somente uma outra empresa que fez o sistema de tratamento de esgoto de Curitiba e de São José dos Pinhais tem essa capacitação técnica. Nenhuma outra. Logo, o edital está colocado num dirigismo, que significa um verdadeiro descalabro; é um verdadeiro assinte.

Por isso, Senhor Líder do Governo, quando nós queremos ouvir nesta Casa o Presidente da SANEPAR, queremos que ele nos explique quais os critérios que foram usados para esse edital de concorrência. Queremos que ele nos diga qual é a "bola de cristal" que tem o Prefeito de Londrina, que tranca os Vereadores numa sala e a eles pede silêncio, dizendo claramente que a obra será construída por uma empresa de São Paulo.

Diz ainda este escabroso edital de concorrência, que a obra será contratada pelo preço mais vantajoso, não pelo menor preço que seria o critério normal de qualquer concorrência pública. Qual é o conceito de preço mais vantajoso, senão um conceito mais aleatório que está colocado num documento firmado por autoridades do Governo do Paraná.

E mais ainda, existem vantagens que nunca foram oferecidas às empresas do Paraná, quando participaram das concorrências públicas da SANEPAR. Além de tudo isso, a obra vai ser adjudicada num lote só, ou seja, apenas um grupo empresarial vai receber a locação e contratação de todas as obras, quando uma obra desse vulto deveria ser rateada entre várias empresas para que todas tivessem a sua oportunidade de trabalho.

Ao protestarmos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, no exercício do papel que nos compete, nós não fazemos o protesto pelo protesto. Estamos buscando sensibilizar os Senhores Deputados para esta necessidade de clarearmos, de tornarmos transparente este compromisso do Governo do Paraná.

Aqui estão parlamentares de outros mandatos, que sabem muito bem o que disseram dos governos anteriores, e que sabem muito bem que não podem incorrer no mesmo erro político do passado.

Se quer uma roupa nova, uma alma nova para a vida pública brasileira, comecemos nós que conversamos com o povo todos os dias e saibamos assumir todas as nossas responsabilidades sem nenhum receio, sem nenhum medo, sem nenhuma timidez, sem nenhum compromisso que não seja o compromisso maior de resguardarmos os interesses do povo do Paraná.

TÍMPANOS.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) A Mesa informa ao nobre Deputado que está esgotado o seu tempo e vai conceder mais um minuto, fora o minuto já concedido.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, eu concluirei, e lamento que não possa esgotar este assunto neste horário da liderança do meu partido. Mas quero, neste minuto que me resta, pedir aos Srs. Deputados do PMDB que se lembrem do seu juramento de palanque.

Não devemos fazer do palanque eleitoral apenas a tribuna para nos comunicarmos com o povo do Paraná. O palanque eleitoral tem que significar para todos nós o mesmo que significa o púlpito para o pregador. O palanque eleitoral é o local onde nós assumimos os nossos compromissos com o povo. Quero que os Deputados do PMDB renovem o seu compromisso com o povo do Paraná, aprovando a convocação do Presidente da CELEPAR, que se não tem o que temer, muito menos tem que temer vir a esta Casa debater conosco este contrato, e repito, se pronuncia imoral e antiparanista.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Concedo a palavra à Liderança do Partido da Frente Liberal.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Usará da palavra o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Tem a palavra o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

Antes, porém, a Mesa quer registrar, com satisfação, a presença do Dr. Antônio Temporão, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Paranaguá, bem como do Vereador Antonio Carlos Corrêa, da Câmara Municipal de Paranaguá.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, nobres membros que compõem a Mesa deste Poder Legislativo, meus companheiros.

A nossa política em Curitiba está a se deslumbrar. Está, Sr. Presidente, hoje, como uma página ligeiramente estremecida porque cassa-se a candidatura de um industrial. O PDB de Getúlio Vargas viu cassado um dos seus companheiros, e hoje os da imprensa, onde dizem que temos uma democracia onde se cassa taxativamente um empresário que também quer participar do contexto, Sr. Presidente, da democracia brasileira, para poder participar do contexto, Sr. Presidente, da democracia brasileira, para poder participar de um pleito, de uma peleja eleitoral.

Tivemos companheiros que não aplaudiram. Mas tivemos políticos que aplaudiram, o que decidiu o Tribunal Regional Eleitoral. Talvez, por estar ferindo o complexo normativo da estrutura em que manda o Regimento, que normatiza as eleições e seus candidatos. Mas, era hora de se unirem os companheiros políticos e contestarem a essa execração pública em que foi exposto o candidato do PTB, que não o conheço a não ser pela televisão.

E o apoio necessário dos políticos immanados em um só pensamento, talvez, não por negligência, talvez por medo dos poderosos do Governo "transparente" que aí está, não se manifestaram.

E queria deixar dentro da humildade, o nosso apoio a este moço, que com esta cassação branca e o apoio do meu Partido, do Partido do futuro Prefeito de Curitiba. Que, numa coligação inquebrantável, vai galgar a prefeitura, para que os humildes tenham vez.

Para que, Sr. Presidente, a estrutura transparente que julgamos que o candidato de Brizola, que o candidato de Ney Braga, não teria condições. Mas, quais são as condições morais destes homens que atacam Ney Braga? Do nosso Governador, que foi seu hóspede no Palácio Iguazu, que teve a mordomia para fazer sua lua-de-mel em Brasília. Onde está a força moral? Onde está a força moral dos homens que dizem: "Para trás, nunca mais?"

Os homens da Nova República, Sr. Presidente, não deviam voltar atrás com Sarney, porque estão querendo passar o diploma de ignorância ao eleitorado de Curitiba, paranaense e brasileiro. Presidente José Sarney, nós não pactuamos com seus ideais, é desde 1964 o homem da revolução. Onde estão os homens que não querem voltar atrás, Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa do meu Paraná? Uma plêiade de homens sem alma, que não querem outra coisa a não ser iludir mais uma vez o povo, Sr. Presidente.

Voltar atrás, nunca mais. Não podemos voltar atrás porque o meu amigo Maurício Fruet, digno Prefeito de Curitiba, nada fez a favor do transporte coletivo. Dizia um compadre meu lá do interior: "quem pode mais, pode menos". Um prefeito é Partido que não têm condições de restringir o contrato do transporte coletivo, não tem condições morais para enfrenar o seu eleitorado. Não tem condições morais, Sr. Presidente, e os homens do PMDB do "senta e levanta", não têm condições de dialogarem, honestamente, para dizer que não é possível restringir o contrato que faz mal, que espolia o dinheiro do povo.

A candidatura do nosso colega de Assembléia, ilustre, homem bom, mas que está perdido que nem cego em tiroteio, que sabe que esta eleição é do "coração curitibano"; das pequenas camadas é que se vê onde se conclama o povo a votar em Jaime Lerner; não adianta manobra, não adianta tirar um Deputado Federal com a promessa de colocá-lo novamente no Congresso Nacional. É uma vergonha, Srs. Deputados.

Isto é o que o PMDB criticava nos seus palanques, e agora vemos que o fato se repete. Mas dizia mais uma vez o adágio popular: "contra a força não há resistência". Acredito que os nobres companheiros do PMDB vão sentir o amargor da derrota porque "coração curitibano" está no coração do povo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) A Mesa consulta a Bancada do PFL se fará uso dos restantes seis minutos que lhe é permitido.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Concedo a palavra à representação do PDT. Não se encontrando em plenário nenhum representante do PDT, concedo a palavra à representação do PMDB.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Requerimento do Deputado Anibal Khury, que solicita preferência...

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — (Pela Ordem)

Sr. Presidente, a Liderança do PMDB infelizmente não se encontra presente, mas me havia concedido cinco minutos para que eu lesse o requerimento a ser votado e aprovado hoje.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Falou pela Liderança do PMDB o Deputado Artagão Mattos Leão, mas a Mesa lhe concederá os cinco minutos.

Está com a palavra o Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Um país que professa a Doutrina de Cristo e afirma a unificação nacional através de seu Presidente, em discurso proferido na Organização das Nações Unidas, não pode conviver silenciosamente com as injustiças sociais e suas desigualdades, ou permitir indiferentemente que as leis sejam instrumentos dos fortes para massacre dos pobres, pois violenta a nossa consciência e agride a nossa formação de operário da justiça social.

No mundo de hoje nada inferioriza, humilha e aniquila mais o homem do que a injustiça e a pobreza. A exploração sobre milhares de trabalhadores praticada por alguns, aliada à máquina emperrada da Justiça do Trabalho, dentre outros fatores tem conduzido centenas de operários de todas as categorias à criminalidade, ao desespero e à mais absoluta miséria, geradora das doenças, do analfabetismo e da prostituição.

O Mutirão Nacional contra as violências nas ruas, nas estradas, nos presídios, mobilizando a sociedade e os Secretários de Segurança Pública do Brasil, tem a maior importância, significação e oportunidade. As causas trabalhistas, acumuladas, arquivadas, engavetadas, esquecidas nas prateleiras dos tribunais por anos e anos, não deixam de ser uma das maiores violências que se pratica contra as nossas classes trabalhadoras, exatamente as que trabalharam, suaram e produziram e não receberam.

Dr. Esmeraldino Bandeira dizia:

“A sociedade julga os homens de um modo e os trata de outro. As leis são os laços com que os fortes amarram os pulsos dos fracos!”

Urge cortarmos essas amarras e libertarmos esses pulsos, com um grande Mutirão de Solução das causas trabalhistas. É notória a morosidade dos processos, nos tribunais, sem que haja a agilização das soluções, mesmo por parte do Governo, apesar de saberem que, o direito ao salário, garante e assegura a vida e sua dignidade.

Face ao exposto, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja enviado expediente aos Excelentíssimos Srs. Dr. José Sarney, Presidente da República, Dr. Fernando Soares Lira, Ministro da Justiça, Dr. Almir Pazzianoto Pinto, Ministro do Trabalho, Juiz Tobias de Macedo, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Deputado Pimenta da Veiga, Líder da Bancada do PMDB, Deputado Prisco Viana, Líder da Bancada do PDS, Deputado Djalma Bonn, Líder da Bancada do PT, Deputado Nadir Rossetti, líder da Bancada do PDT, Deputado Astoni Rick, líder da Bancada do PTB, solicitando sejam determinadas medidas urgentíssimas a fim de que as causas trabalhistas, em todo o Brasil, tenham de pronto, as ansiadas soluções. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 38 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência na votação para o requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, que solicita licença para tratamento de saúde, constante da Ordem do Dia de hoje. — **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência na votação acima aprovado:

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA — Do requerimento de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, solicitando 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde. — **Aprovado.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia:

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 81/85, (Mensagem n. 100/85, ex-Proposição n. 88/85); oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênio de Cooperação Técnica e Financeira n. 03/83, celebrado em 20/10/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado de Transportes e o DER, com o Município de PARANAÍ, objetivando construção de Ligação Rodoviária, trecho BR-376, Mandiocaba, no mesmo Município. — Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem) Vossa Excelência anuncia o Projeto de Resolução n. 81/85?

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Projeto de Resolução n. 81/85. Fls. 1. Em votação o referido projeto. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 236/84, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que regula a contratação de operações de arrendamento mercantil (leasing) pela Administração Direta, Indireta e Autárquica, e dá outras providências. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — Em votação.

O SR. IVAN GUBERT — (Pela Ordem) Sr. Presidente, esse projeto de lei foi apreciado na Comissão de Constituição e Justiça e tem um Parecer Favorável, mas não é, por unanimidade, é maioria. Então eu gostaria que constasse na Ata, que existe um voto em separado, meu, acompanhado do Deputado Ezequias Losso e de outros Srs. Deputados, Contrários a este projeto de lei. Logo, não é por unanimidade o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) A Mesa determina à Diretoria do Serviço de Arquivo, que faça a retificação solicitada pelo Sr. Deputado.

Em votação o Projeto de Lei n. 236/84. Parecer Favorável da C.C.J., sem maioria. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão. Aprovado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO – Pela Ordem, Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE – (Anibal Khury) A Mesa defere e vai proceder a verificação de votação.

O SR. AIRTON CORDEIRO – Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE – (Anibal Khury) Vai se proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados.
(É feita a chamada nominal).

Responderam à chamada 28 Srs. Deputados. Há “quorum” somente para prosseguimento da sessão e não há “quorum” para votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu agradeço ao eminente Deputado Anibal Khury que seguramente volta aos tempos de sua convivência, neste Poder. harmoniosa, com meu velho pai, o ex-Deputado Cândido Machado de Oliveira Neto.

Mas, apenas para lembrar a Sua Excelência, nós temos dois pedidos de licença e, conseqüentemente, o “quorum” desta Assembléia deve ser alterado para efeito de votação, pois que aprovamos o pedido do Deputado Tuguio Setogutte e do Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. PRESIDENTE – (Anibal Khury) A Mesa lamenta informar que o pedido de licença não altera o “quorum” da Assembléia composto de 58 Srs. Deputados.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – Eu gostaria que Vossa Excelência esclarecesse a este Plenário, em base de que artigo do Regimento Interno Vossa Excelência coloca a decisão.

O SR. GILBERTO CARVALHO – (Pela Ordem) A fim de colaborar com a Mesa, entendo que o pedido de licença de 15 dias não dá possibilidade de ser substituído, porquanto a bancada continua, a Assembléia Legislativa, com 56 Srs. Deputados e, com 56 Deputados é evidente que o “quorum” deve ser menor, e de acordo com o dispositivo do Regimento Interno, não tem dispositivo que regulamente que deverá ser o “quorum” de 58.

O SR. PRESIDENTE – (Anibal Khury) A Mesa mantém a sua decisão e o “quorum”...

O SR. IVAN GUBERT – (Pela Ordem) Eu recorro da decisão da Mesa ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE – (Anibal Khury) A Mesa informa ao nobre Deputado que não houve proposição no sentido escrita de recorrer, e a Mesa apenas decidiu uma questão de Ordem não aceitando a Questão de Ordem levantada pelo nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. IVAN GUBERT – (Pela Ordem) Eu recorri da decisão dada pelo Presidente da Casa e a Questão de Ordem levantada pelo Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. PRESIDENTE – (Anibal Khury) A Mesa mantém sua decisão, mas considerando que vivemos num regime democrático, vai submeter ao Plenário a sua decisão.

Os Srs. Deputados que aprovam a decisão da Mesa de não ater-se à Questão de Ordem do Deputado Luiz Alberto, queiram permanecer como estão.

A Mesa adverte que é necessário “quorum” para votação.

A Mesa informa que 12 Deputados rejeitam a decisão da Mesa e 5 Deputados aprovam a decisão da Mesa.

Não há “quorum” para deliberação e nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei ns. 236 e 241/84.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei ns. 11 e 152/85.

3.^a DISCUSSÃO – do Projeto de Lei Complementar n. 85/84.

1.^a DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei ns. 25, 42 e 79/85.

Marca ainda uma Sessão Extraordinária para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO – dos Projetos de Resolução ns. 82 a 94/85.

Levanta-se a Sessão.